



Ofício n° 1550/2023-GABIN

Parauapebas, 04 de setembro de 2023.

Ao Exmo. Sr.

RAFAEL RIBEIRO OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Parauapebas

Av. F – Beira Rio II

Parauapebas – PA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, submetemos a essa Egrégia Câmara Municipal, no uso da prerrogativa que nos é conferida pelo artigo 53, inciso V, c/c artigo 71, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Parauapebas, o presente Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar “a área institucional localizada no Loteamento Nova Carajás II, Etapa V, Avenida Parauapebas, Praça 01, Município de Parauapebas, ao Estado do Pará, para a construção de uma escola da rede estadual de ensino”, para votação e aprovação nos termos regimentais desta Casa.

Atenciosamente,

DARCI JOSÉ LERMEN

Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº ____/2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR A ÁREA INSTITUCIONAL LOCALIZADA NO LOTEAMENTO NOVA CARAJÁS II, ETAPA V, AVENIDA PARAUAPEBAS, PRAÇA 01, MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, AO ESTADO DO PARÁ, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E EU, PREFEITO DE PARAUAPEBAS, SACIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar a doação da área institucional localizada no Loteamento Nova Carajás II, Etapa V, Avenida Parauapebas, Praça 01, Município de Parauapebas, em favor do Estado do Pará.

§1º A área a ser doada corresponde a 6.203,89m² (seis mil duzentos e três e oitenta e nove metros quadrados), individualizada no Laudo de Avaliação de Imóvel Urbano que integra o Anexo Único da presente Lei.

§2º A área institucional mencionada no *caput* deste artigo encontra-se registrada em nome do Município de Parauapebas junto ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, sob a Matrícula nº 18.912.

Art. 2º A área objeto desta Lei deverá ser utilizada exclusivamente para a construção de uma escola da rede estadual de ensino, na forma do inciso VI, art. 10 da Lei Federal nº 9.394, de 1996.

Art. 3º A autorização de doação de que trata esta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo-se a propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se:

I – o donatário se utilizar do imóvel doado para fins diversos daquele determinado no artigo 2º desta Lei;

II – a construção da unidade escolar não se iniciar em até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da efetiva doação, na forma desta Lei.

Parágrafo único. Entende-se por efetiva doação a abertura de matrícula, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, da área objeto desta doação, em favor do Estado do Pará.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parauapebas-PA, 4 de setembro de 2023.

DARCI JOSÉ LERMEN

PREFEITO MUNICIPAL



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº ____/2023

Excelentíssimos Senhores Vereadores (as),

Temos a satisfação de enviar a esta Digna Casa Legislativa o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar “a área institucional localizada no Loteamento Nova Carajás II, Etapa V, Avenida Parauapebas, Praça 01, Município de Parauapebas, ao Estado do Pará, para a construção de uma escola da rede estadual de ensino”.

A possibilidade de alienação de bens públicos está prevista nos artigos 100 e 101 do Código Civil *verbis*:

***“Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.*”**

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.”

A Lei de Licitação, por sua vez estabelece as seguintes regras para a doação de bem pertencente à administração pública:

“Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

.....

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;”

É comum a Administração proceder a doações para incentivar a urbanização, a realização de construções que visam o desenvolvimento educacional, social ou expansão



PREFEITURA DE
PARAUAPEBAS
Aqui tem força. Aqui tem trabalho

gabinete
Gabinete do **Prefeito**

de atividades em saúde pública, e etc., sendo que, independente da destinação, toda e qualquer doação depende de lei autorizativa.

As doações perpetradas pelo Poder Público, podem ser com ou sem encargos, dependendo da lei autorizadora, sendo que no último caso, é imprescindível a cláusula de reversão para a eventualidade do descumprimento do encargo.

No caso em tela, a doação da área objeto deste Projeto de Lei tem por finalidade a construção de uma unidade escolar da rede de ensino estadual, a fim de garantir a expansão da oferta da educação aos munícipes residentes do bairro Nova Carajás, neste Município, indo ao encontro da garantia de acesso à educação a crianças e adolescentes, conforme preconizado na Constituição Federal.

Dessa forma, a doação da área objeto deste Projeto de Lei visa, em observância à determinação constante do art. 211 da Constituição Federal, garantir, em regime de colaboração, uma educação pública de qualidade e com equidade em todo o Estado do Pará.

Ante o exposto, solicitamos que, após as análises das comissões legislativas pertinentes, seja o projeto aprovado pelo plenário dessa Casa Legislativa de acordo com o que prevê a Lei Orgânica do Município de Parauapebas.

Parauapebas, 04 de setembro de 2023.

DARCI JOSÉ LERMEN

Prefeito Municipal